

ONGs contra a Estrutural

JORNAL DO BRASIL

22 ABR 2004

Ambientalistas querem anular audiência pública sobre EIA-Rima da cidade

GUILHERME QUEIROZ

Representantes de duas ONGs protocolaram, no Ministério Público do DF, representação contra a audiência pública convocada, na segunda-feira, para divulgar o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-Rima). Eles pedem a impugnação da convocação porque, segundo eles, o estudo não foi levado a público há, pelo menos, 30 dias antes da realização da audiência, conforme previsto em lei.

Na representação, Gustavo Souto Maior, chefe do Núcleo de Estudos Ambientais da Universidade de Brasília (UnB) e presidente a ONG Associação dos Amigos do Parque Nacional de Brasília, e César Victor do Espírito Santo, superintendente da Fundação Pró-Natureza (Funatura), citam o artigo 289 da Lei Orgânica do DF, que estabelece que o estudo deve ficar "à disposição do público por no mínimo 30 dias antes

da audiência pública obrigatória".

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), colocou o Eia-Rima à disposição do público no início de abril. Entre os dias 2 e 4 do mesmo mês, foram publicados os editais de convocação da audiência no Diário Oficial do DF marcando o evento para o dia 19. Assim, César Victor e Gustavo argumentam que a audiência atropelou os prazos legais e que só poderia ter ocorrido depois de 2 de maio.

— Entramos com a representação para moralizar o processo da audiência — diz Souto Maior.

O questionamento foi feito por Souto Maior ao fim da audiência, na segunda-feira. Em resposta, o subsecretário de Recursos Hídricos do DF, Pedro Celso Antonieto, citou o artigo 7º da Lei Distrital 1.399/97, que diz "a audiência pública... será convocada com antecedência mínima de 15 dias". Antonieto afirmou, por meio da assessoria de imprensa

da Semarh, que não se pronunciaria sobre o assunto.

O ambientalista rebate. Ele evoca o artigo 6º da Lei 1.399 que repete os prazos citados no artigo 289 da Lei Orgânica: "a Secretaria de de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (atual Semarh) dará publicidade ao estudo de impacto ambiental, deixando-o à disposição do público por, no mínimo, trinta dias antes da audiência pública".

— Eles argüíram ali uma lei equivocadamente. Foi lido só um artigo do texto. E, se contrariasse a Lei Orgânica, seria inconstitucional — afirma Souto Maior.

A representação será analisada pelo promotor da 1ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente (Prodema), Roberto Carlos Batista. A assessoria da Semarh informou que o órgão não vai comentar o assunto até que seja informado formalmente pelo Ministério Público do DF.

guilherme.queiroz@jb.com.br

José Paulo Lacerda/Ag.Pixel

Críticas exaltam os ânimos

À medida que crescia a animação dos moradores da Vila Estrutural com a possibilidade de permanência — uma das recomendações feitas pelo EIA-Rima — também se elevava o nível de intolerância contra as opiniões divergentes. As ressalvas levantadas pelos ambientalistas Gustavo Souto Maior e César Victor do Espírito Santo foram encaradas como ameaças à implementação do EIA-Rima. Sob vaias, nenhum dos dois chegou ao fim de seu pronunciamento, direito garantido em uma audiência pública.

Souto Maior queixa-se de que o evento foi "montado" e que o poder público estava ali para repudiar opiniões contrárias ao estudo. Ele cita o caso em que o subsecretário de Recursos Hídricos, Pedro Celso Antonieto, ao microfone, afirmou que haviam pessoas ali com a única intenção de tumultuar a audiência.

— O papel da secretaria é mediar o debate e não colocar a população contra quem está falando — critica Souto Maior.

Ele acusa os organizadores de "banalizar" a audiência pública ao transformá-la em um "comício político". Na representação encaminhada no Ministério Público do DF, os ambientalistas criticam também as precárias condições para se fazer uma apresentação.

Durante a audiência, os técnicos da Progea, empresa que elaborou o EIA-Rima, desistiram de usar ilustrações em slide devido à claridade do Ginásio de Esportes do Cruzeiro.



AUDIÊNCIA pública da Estrutural: ambientalistas diz que cenário foi "montado" pelo GDF